

RESENHA DO LIVRO *A LÓGICA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS*, DE MARK BEVIR

REVIEW OF THE BOOK A LÓGICA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS, BY MARK BEVIR

BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. São Paulo: Edusc, 2008.

INTRODUÇÃO

Mark Bevir nasceu em 1963, em Londres, e fez sua carreira acadêmica nos Estados Unidos, nos campos da filosofia, história e ciência política. Sua obra *A lógica da história das ideias* (1999) destaca-se dentre os trabalhos que criticam e trazem avanços na área do contextualismo linguístico desenvolvido pela Escola de Cambridge, propondo um afastamento das discussões em torno da discussão hermenêutica ao retomar autores da filosofia analítica.

A obra tenta oferecer uma análise lógica e normativa dos modos pelos quais é possível justificar e explicar a compreensão adquirida, por entender que nenhum método pode consistir uma forma de justificação, dada sua impossibilidade de dar uma garantia lógica da objetividade da compreensão de uma obra.

O estudo da lógica da história das ideias parte da investigação da natureza dos conteúdos que tentamos captar, ao investigar se equivaleriam a crenças individuais, se afastando da Escola de Cambridge ao rejeitar a possibilidade de uma lógica da descoberta. Nessa perspectiva, torna-se relevante procurar explicar as crenças e tradições que consistem pré-condições do conhecimento histórico como um todo.

Apesar de preferir caracterizar sua filosofia como “pós-analítica”, Bevir recupera algumas formulações tradicionais da filosofia analítica para basear o desenvolvimento de sua teoria da lógica da história das ideias. Tendo optado pelo estudo da lógica

de uma disciplina, propôs-se ao estudo das formas de raciocínio a ela pertinentes, consistente em uma disciplina de segunda ordem – como é comum aos filósofos analíticos. No entanto, afastando-se do positivismo lógico, Bevir filia-se a pensadores críticos desta corrente, como Kuhn, Quine e Wittgenstein, que definem a filosofia como o estudo da gramática de nossos conceitos.

A seguir será apresentada uma pequena resenha da complexa obra de Mark Bevir, “A Lógica da História das Idéias”. Os conceitos serão apresentados em igual ordem e com a mesma natureza circular e instintiva de apresentação de idéias do livro.

RESENHA DA OBRA “A LÓGICA DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS”

Enfatizando a relação entre a filosofia e a linguagem, Bevir afirma que os filósofos que investigam o emprego das palavras o fazem não por um interesse puramente lingüístico, mas para descobrir algo mais sobre a gramática dos conceitos.

O argumento filosófico repousa na aceitação prévia dos conjuntos de conceitos tomados como material de exame, cujos conteúdos e implicações são extraídos utilizando argumentos ora dedutivos, ora indutivos.

Para examinar a lógica da história das ideias, portanto, os filósofos se baseiam na aceitação da compreensão do mundo expressa por determinado conjunto de conceitos, mediante a utilização de argumentos dedutivos e indutivos para, primeiramente, analisar os conceitos que operam nesta disciplina e, em seguida, mostrar como esses conceitos amparam teorias que emprestam formas de raciocínio justificativo e exemplificativo à disciplina.

Mark Bevir aponta que o historiador das ideias tem como matéria prima para o estudo as relíquias do passado. Como não tem acesso direto ao passado, é através de tais relíquias que o historiador depreende seu entendimento.

Nesta linha, o autor faz a divisão entre o significado lingüístico, semântico e hermenêutico da mensagem determinada no texto, apontando, ao fim, a relevância do significado hermenêutico, sempre intencional e antropocêntrico. O significado hermenêutico dá historicidade ao texto e, sem ele, a leitura é sempre geral e abstrata.

O significado de uma declaração, ainda que influenciadas pelo contexto, não é reduzida a este, permitindo um espaço de criatividade hermenêutica. Neste caminho, quanto mais complexa e contraditória a situação linguística em que o autor estiver inserido, mais ricos e ambivalentes serão os atos de fala executados. Ainda que com palavras assimiladas no trato linguístico, com expressões convencionais, é possível a inovação e afronta a crenças estabelecidas.

Há uma divisão trazida pelo autor entre intencionalistas fracos e fortes. Estes últimos identificam as intenções do autor, exclusivamente, com as conscientes. Por sua vez, os intencionalistas fracos equiparam as intenções do autor aos significados que os enunciados têm para quem as profere, deixando em aberto a questão de saber se tais significados são conscientes, pré-conscientes ou inconscientes.

Para os intencionalistas fracos, é lícito afirmar que o significado de um texto vai além das intenções do autor e que o autor teve pouquíssimo controle sobre esse significado. Cada leitura se torna um ato criativo, a partir desta perspectiva. Nunca resgatamos a intenção autoral por trás de um texto. Deveríamos, antes, focar o significado do texto, tal qual foi produzido, recorrendo a um fluxo contínuo de leituras criativas. Toda leitura de um texto produz uma nova obra.

Segundo Bevir, não pode haver uma lógica da descoberta para a história das ideias, nenhum método pode ser um pré-requisito de boa história. Uma teoria prévia correta não é nem necessária nem suficiente para assegurar uma compreensão correta de um enunciado.

Nenhum método pode ser uma garantia ou um pré-requisito de boa história, porque alguém que parte de uma teoria prévia correta poderia chegar a uma teoria provisória errônea. Não pode haver uma lógica da descoberta para a história das ideias. A contribuição própria do método reside em chamar atenção dos historiadores para as fontes de evidências e os modos fecundos de pensar sobre o passado.

Nossas percepções sempre incorporam elementos de nossa compreensão teórica do mundo. Quando examinamos os fatos para ver se uma teoria é verdadeira, o que descobrimos dependerá

parcialmente de nós. Como não podemos ter experiências puras, observação e teoria caminham juntas.

A objetividade repousa sobre um processo de comparação entre teorias rivais. A objetividade decorre das críticas e comparações que fazemos sobre redes de teorias rivais em termos de fatos geralmente aceitos. Devemos definir uma teoria objetiva como aquela que aceitamos como correta com base em critérios defensáveis, que se compare bem às suas rivais. Devemos descrever a objetividade como produto de uma prática humana.

O conhecimento objetivo decorre de uma prática humana na qual criticamos e comparamos redes de teorias rivais em termos de fatos concordantes.

Para o exercício da objetividade, Bevir traz a exigência de um padrão normativo de honestidade intelectual, a se sustentar em regras práticas, a saber: o comportamento objetivo requer disposição para levar a crítica a sério. Tem-se que o comportamento objetivo implica uma preferência por padrões estabelecidos de evidência e razão, respaldados por uma preferência por objeções a esses padrões que repousam elas próprias sobre critérios de evidência ou razões impessoais, consistentes. Por fim, o comportamento objetivo implica uma preferência por teorias especulativas positivas que sugerem antes previsões novas e estimulantes que previsões negativas, as quais só fazem bloquear as críticas das teorias existentes.

O autor trata da crença que é o objeto de estudo dos historiadores das ideias. Ao olhar para o passado nunca é possível percebê-lo exatamente como ele era, mas somente fundir os horizontes do presente com os do passado. Ou seja, sempre olhamos para o passado com olhos do presente.

Segundo os historiadores das ideias, nós nos expressamos através de crenças que é aquilo que nós cremos que os outros entenderão ao nos expressarmos. Uma crença é um estado psicológico que atribuímos a alguém numa tentativa de explicar e prever o comportamento lingüístico proferido no passado. Ou seja, a análise da crença é a maneira mais adequada de interpretação de obras passadas. Segundo Bevir, os historiadores devem presumir que as crenças expressas eram sustentadas de maneira sincera, consciente e racional por aqueles que proferiram tais assertivas.

Ao analisarmos um enunciado devemos assumir que o mesmo foi dito de maneira sincera, ao menos que tenhamos motivos fortes para acreditarmos que não foi dito sinceramente. Há uma prioridade conceptual da sinceridade. Embora a impostura, que é a ausência infundada de sinceridade, ocorra, e embora esperemos que ela ocorra em determinadas circunstâncias, sua ocorrência, e a nossa expectativa de sua ocorrência, pressupõem sempre uma suposição lógica de sinceridade. Em trabalhos científicos, deve haver o império da sinceridade e o reiterado afastamento da impostura, que pode ser classificada em dois tipos: a impostura contra terceiros e o auto-engano (impostura contra si mesmo).

Além de sincera, a crença também deve ser consciente. A consciência também é pressuposta pelo historiador, pois também é conceitualmente anterior à inconsciência. Com isto, somente podemos conhecer a inconsciência por ser ela o oposto da consciência, não algo em si mesmo. O comportamento inconsciente parece ser impulsivo e muitas vezes involuntário. Bevir dá o exemplo de pessoas que vão conscientemente a um restaurante, pois estavam conscientes de sua fome e as que vão inconscientemente para um restaurante, pois não estavam cômicos da sua ausência de fome. A hermenêutica é pautada na consciência.

A racionalidade também é uma das características da crença. As crenças racionais são sempre coerentes. Deve haver uma coerência no pensamento, por exemplo, para ir à padaria comprar pão, é necessário acreditar que o estabelecimento comercial existe, que está aberto e que vende pão.

Mas como os indivíduos adquirem suas crenças?

Na concepção de Mark Bevir, todas as pessoas, em todas as épocas, adquirirão um modo de ver o mundo segundo valores, interesses e pressupostos que lhes foram comunicados num processo de socialização. É o que ele chama de tradição: o ponto de partida inevitável de todo indivíduo na construção inicial de sua rede de crenças.

Entretanto, a tradição consiste apenas uma influência inicial na rede de crenças de um indivíduo, e somente persistirá para aquele indivíduo enquanto se lhe apresentar coerente com outras crenças que forem sendo assimiladas.

As crenças herdadas pelos indivíduos estão sujeitas, portanto, e a todo o momento, a aceitação, modificação ou rejeição, surgindo daí outra indagação: porque os indivíduos se desviam das tradições herdadas?

Segundo Mark Bevir, isso ocorre porque o poder de ação é uma faculdade humana universal. Os indivíduos têm capacidade de agir, exercendo sua razão individual contra um pano de fundo social da tradição de sua comunidade.

À medida que se deparam com circunstâncias novas, surgem para os indivíduos dilemas, que desafiam suas crenças preexistentes, herdadas da tradição de suas comunidades. Em decorrência disso, o dilema deve ser acomodado face às demais crenças que são com ele conflitantes, exigindo do indivíduo modificar sua rede de crenças.

As mudanças de crenças ocorrem, portanto, como resultado de um diálogo íntimo, razão pela qual o desenvolvimento diacrônico da crença humana, e da própria tradição, acaba decorrendo de respostas individuais a dilemas particulares, no contexto de redes particulares de crenças dos indivíduos.

Logo, a explicação da razão pela qual as pessoas adotam suas redes de crenças e as modificam não pode se basear apenas nas tradições herdadas pelo indivíduo (contexto social), e tampouco na experiência e razão puras. Esses dois componentes interagem, de sorte que as pessoas constroem suas crenças segundo um pano de fundo das tradições que herdaram, mas a forma como recebem, modificam ou rejeitam essas crenças é produto da razão individual.

Ocorre, porém, que a explicação sincrônica e diacrônica não dá conta das situações em que as crenças manifestadas pelos sujeitos não são sinceras, conscientes e racionais. Embora tome as crenças assim adjetivadas como verdadeira hipótese fundante de toda sua lógica da história das ideias, Bevir admite que essa seria uma premissa nem sempre aferida na prática, uma vez que existem circunstâncias em que as crenças são inquinadas por aquilo que ele nomina de distorções.

As distorções são divididas em três espécies de diversas – impostura, autoimpostura, irracionalidade –, cada uma delas marcada por peculiaridades que as fazem distanciar do padrão eleito pelo autor, concernente este às crenças sinceras, conscientes

e racionais. Desta feita, a impostura diz respeito à manifestação de crença insincera pelo sujeito, que almeja com isso alcançar um estado de coisas que lhe é favorável, de alguma forma preferível. Com isso, o indivíduo nutre uma crença, mas externa uma crença diversa, ou omite partes sensíveis daquilo que acredita na busca por uma situação desejável.

Já a autoimpostura, por seu turno, ocorre quando o sujeito se autoengana, caso em que as crenças padecem de eiva no aspecto da consciência. Isso porque, existiriam nesse caso duas crenças conflitantes, de uma delas é cômico o crente, a outra ele ignora, mas inconscientemente acalenta. Nessa hipótese, o sujeito reprime crenças verdadeiras, também visando um estado de coisas que lhe é mais benéfico.

Por fim, a irracionalidade ocorre quando se verifica a coexistência de crenças contraditórias pelo sujeito, ambas conscientes e sinceras. Esse estado de incongruência entre as crenças alimentadas pelo sujeito se aproxima, por vezes, da autoimpostura, e, em outras, se afigura mesmo inexplicável, o que ocorre sempre que não é possível discernir a motivação do sujeito na eleição das crenças patentemente conflitantes.

Acerca da motivação, Bevir desenvolve interessante análise. O autor toma a motivação como uma *pró-atitude* dos sujeitos no processo de desenvolvimento da distorção de suas crenças. Diferentemente das crenças sinceras, conscientes e racionais, as crenças deturpadas encontram explicação exatamente nas pró-attitudes, que podem ser entendidas como inclinações para a alteração de um estado de coisas entendido como *inaceitável* ou estimulação da manutenção de um estado tomado pelo sujeito como *admirável*. Logo, o conteúdo da pró-atitude é uma compreensão de mundo, seu objeto é a preferência por sua alteração ou por sua manutenção e estímulo.

Perquirindo sobre a origem de tais pró-attitudes, que podem se revelar perniciosas às crenças na medida em que interferem em sua sinceridade, consciência e racionalidade, o autor identifica as três causas que lhe dão azo: a razão, o desejo e a necessidade. Conforme seu entendimento, a razão, produto do intelecto e resultado do pensar, pode ser compreendida como convicção sobre

um determinado estado de coisas, se inaceitável ou admirável, isto é, se algo é bom ou mau. Tais convicções tanto podem ser preenchidas por conteúdos morais, como completamente despidas destes.

Em contraste, o desejo é por Bevir descrito como um sentimento de que determinado estado de coisas que se intenta mudar ou dar forma é, respectivamente, inaceitável e/ou admirável. Em sua concepção desejos são tidos como produto das paixões, equivalem, pois, às emoções e, como tais, também deflagradores de pró-attitudes.

A necessidade, diferente da razão e desejo, é resultado de um impulso fisiológico, de necessidades do corpo, e, outrossim, destinam-se a alterar estado de coisas inaceitável ou fazer medrar aquele admirável.

A explicação das distorções das crenças perpassa pela investigação das pró-attitudes que as engendram. Nesse tocante o autor envereda em interessante exame do inconsciente, bem como da sinceridade e racionalidade na adoção das crenças, identificando que a natureza das conexões entre as crenças distorcidas e as pró-attitudes que as despertam é intencional e, que, para bem compreendê-las é imperioso que o historiador das ideias se debruce sobre a linguagem.

A obra de Bevir revela que as investigações históricas não podem se debruçar sobre o passado em si, porque este nos escapa pela cadência do tempo. De fato, o que vaza o tempo e chega até o presente são os fragmentos do passado, a exemplo da produção literária de uma época, que permite divisar as crenças havidas naquele período. Consoante o autor, para postular um dado objeto histórico os historiadores devem postular outros desses objetos e, destarte, relacioná-los em uma estrutura narrativa. A sua proposta na obra em comento é justamente elucidar qual seria a lógica a ser adotada pelos historiadores na produção dessa narrativa, e, com efeito, Bevir atinge seu objetivo.

CONCLUSÃO

Mais do que conseguir discorrer a respeito de uma lógica da história das ideias, a partir da ótica da filosofia pós-analítica e antifundacionalista, que trilha rumo diverso das explicações

hermenêuticas sobre o processo de entendimento, as proposições de Bevir fornecem material profícuo para pesquisas nas mais diversas áreas das ciências humanas, e acenam para inúmeros desdobramentos.

De fato, o próprio autor afirma que o tempo indicará se o seu trabalho cumpriu com o desiderato de orientar os historiadores das ideias e, mais, acrescentamos, se cumpriu com a profusão de possibilidades de pesquisa que parece despertar.

JOHNNY WILSON BATISTA GUIMARÃES

Mestrando em Direito (UFMG).

Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

E-mail: johnnysioguimaraes@gmail.com

MARCELA DE CASTRO REIS

Mestranda em Direito (UFMG).

Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

E-mail: marceladecastroreis@gmail.com

PAULO HENRIQUE DE MATTOS STUDART

Mestrando em Direito (UFMG).

Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

E-mail: paulo.henrique.studart@gmail.com

RAINER JERÔNIMO ROWEDER

Mestrando em Direito (UFMG).

Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

E-mail: rainerroweder@gmail.com

RAQUEL BETTY DE CASTRO PIMENTA

Doutoranda na Università di Roma Tor Vergata em cotutela internacional com a UFMG; Mestre em Direito (PUC-MG).

Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

E-mail: raquelbetty@gmail.com

